DECISÃO SINGULAR DSG - G.RC - 7548/2020

PROCESSO TC/MS	: TC/10834/2017
PROTOCOLO	: 1817613
ÓRGÃO	: FUNDO MUNICIPAL PARA INFÂNCIA E A ADOLESCÊNCIA DE CAMPO GRANDE/MS
INTERESSADO (A)	: JANETE BELINI D'OLIVEIRA (EX-SECRETÁRIA)
TIPO DE PROCESSO	: CONVÊNIO 90/14
RELATOR	: Cons. RONALDO CHADID

PRESTAÇÃO DE CONTAS DO CONVÊNIO. APLICAÇÃO DE RECURSOS DE ACORDO COM O PLANO DE TRABALHO. REMESSA INTEMPESTIVA DOS DOCUMENTOS. REGULARIDADE COM RESSALVA. MULTA.

Em exame a prestação de contas do *Convênio nº 90/14* celebrado entre o *Município de Campo Grande/MS*¸ com interveniência da *Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania*, e a *Associação de Amparo à Família Projeto + 1* no valor de R$35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), objetivando o repasse de recursos financeiros para atender as despesas da instituição.

Através do Ofício 2895/17 o jurisdicionado encaminhou a documentação pertinente ao convênio que, autuada, seguiu para o núcleo técnico, oportunidade em que a 5ª Inspetoria intimou o jurisdicionado para regularização da instrução processual (f. 150), tendo o mesmo restado silente, mesmo após a intimação levada a termo por determinação deste Relator (f. 164 e 165)

Em nova apreciação a equipe técnica emitiu a análise de f. 158, concluindo pela regularidade na prestação de contas do Convênio, porém, registrando a intempestividade na remessa da documentação, conforme se extrai da ANA 64079/17.

O Ministério Público de Contas, igualmente, manifestou-se pela regularidade do *Convênio nº 90/14*, propugnando pela aplicação de multa ao jurisdi-

cionado em razão da remessa fora do prazo, nos termos do Parecer nº 6398/20 de f. 170.

É o relatório, passo às razões da decisão.

Antes de entrar no mérito, entretanto, cumpre esclarecer que, considerando o valor global do repasse (R$ 32.500,00) e o valor da UFERMS na data da assinatura do convênio, passo a decidir monocraticamente, amparado pela competência atribuída ao juízo singular do Conselheiro Relator, nos termos do artigo 11, inciso II e § 2º, inciso I do Regimento Interno aprovado pela Resolução TC/MS nº 98/2018.

Compulsando os autos verifico que o convênio em tela teve por escopo fazer o repasse financeiro dos cofres públicos municipais, através da *Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania* para a *Associação de Amparo à Família Projeto + 1*, mormente para as despesas realizadas pela instituição.

O *Convênio nº 90/14* foi celebrado com fulcro na Lei Federal 8.666/93; na Lei Municipal 3.452/98 e no Decreto Municipal 7.761/98 e seguiu o cronograma contido no Plano de Trabalho 0220 08 244 250 4335.

O extrato do convênio foi publicado no Diário Oficial de Campo Grande nº 4007, conforme faz prova o documento de f. 12, em cumprimento à obrigação legal contida no parágrafo único do artigo 61 do Diploma Licitatório.

Quanto à prestação de contas do convênio em apreciação, verifico que a mesma foi realizada, igualmente, em observância às regras contidas na Lei 4.320/64, tendo sido realizada da seguinte forma:

PRESTAÇÃO DE CONTAS	**CONVÊNIO 90/14**
VALOR DO CONVÊNIO	R$ 32.500,00
VALOR DO REPASSE	R$ 32.50000
RECURSOS PRÓPRIOS	R$ 640,65
TOTAL DE RECURSOS	R$ 35.940,65
PRESTAÇÃO DE CONTAS	R$ 35.200,00
DEVOLUÇÃO DE RECURSOS	R$ 637,00 (F. 138)

Restou comprovado que o *Convênio nº 90/14* foi celebrado e executado em atendimento à legislação pertinente, entretanto, o envio dos documentos

se deu de forma intempestiva, com mais de 30 (trinta) dias, contrariando orientação contida na Instrução Normativa TCE/MS nº 35/11, acarretando na atribuição de sanção regimental.

As multas aplicadas por remessa intempestiva de documentos à fiscalização deste Tribunal obedecem a critérios objetivos de dosimetria, uma vez que o descumprimento do prazo estabelecido em regulamento expedido por esta Corte de Contas enseja a aplicação de multa à Autoridade Ordenadora de Despesas, na razão de uma UFERMS para cada dia de atraso até o limite de 30 (trinta), nos termos do que dispõe o art. 46, caput, da Lei Complementar Estadual n.º 160/2012 c/c a disposição do parágrafo 1º da Resolução TCE/MS 98/2018.

Dessa forma, considerando que os documentos foram remetidos extemporaneamente e em período superior ao limite de 30 (trinta) dias; fixo a reprimenda no valor máximo correspondente a 30 UFERMS.

Pelo exposto, com fulcro no artigo 59, inciso II da Lei Complementar nº 160/12, baseado nos apontamentos técnicos e em comunhão com o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO:**

I - Pelo julgamento da prestação de contas do *Convênio nº 90/14*, celebrado entre o *Município de Campo Grande/MS¸ com interveniência da Secretaria Municipal de Políticas e Ações Sociais e Cidadania, e a Associação de Amparo à Família Projeto + 1*, como **CONTAS REGULARES COM RESSALVA**, realizadas de acordo com as disposições contidas na Lei Federal 8.666/93; na Lei Municipal 3.452/98 e no Decreto Municipal 7761/98, e em razão da intempestividade no envio dos documentos em desacordo com o que orienta o item 3.1.A da INTC/MS 35/11;

II – Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** à Ordenadora da Despesa e Ex-Secretária Sra. Janete Belini D'Oliveira, inscrita no CPF/MF sob o nº 277.751.009-15, em valor correspondente a **30 (trinta) UFERMS**, pelo envio intempestivo de documentos em prazo superior a trinta dias, o que faço pautado na orientação contida no artigo 181, § 1º, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 98/18 c/c artigo 46 da Lei Complementar nº 160/12;

III - Pela **CONCESSÃO DO PRAZO** de 45 (quarenta e cinco) dias a partir da ciência para pagamento da multa – e comprovação nos autos - em favor do Fundo Especial de Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas

(FUNTC), nos termos do artigo 185, § 1º, incisos I e II combinado com os artigos 54; 55 e 83 da Lei Complementar nº 160/2012.

É a decisão.
Publique-se.

Campo Grande/MS, 18 de agosto de 2020.

(Assinado digitalmente)
Ronaldo Chadid
Conselheiro Relator

RSB